

**Câmara Municipal
de
Ponte da Barca**

Divisão de Administração Geral e Finanças

Reunião Nº 04/2016

Assunto:

REUNIÃO ORDINÁRIA
DO DIA 15 de fevereiro de 2016

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PONTE DA BARCA

<u>SUMÁRIO:</u>	Fl.
01- Abertura	1
02- Antes da ordem do dia	2-3
03- Balancetes	3
04- Pagamentos	4
05- Decisões do Presidente	-
06- Obras públicas.....	4
07- Fornecimentos diversos	-
08- Obras particulares.....	-
09- Pessoal	5-7
10- Requerimentos diversos	-
11- Expediente diverso	-
12- Deliberações diversas	7-11
13- Outros assuntos	-
14- Encerramento	11



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

DE

PONTE DA BARCA

ATA Nº 04/2016

Data da Reunião: Quinze de fevereiro de dois mil e dezasseis

Local da Reunião: Sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho

Presidiu: ANTÓNIO VASSALO ABREU

Presenças

Presidente:

António Vassalo Abreu

Vereadores:

José Alberto Sequeiros de Castro Pontes

Armindo José Sousa da Silva

Sílvia Manuela Carneiro Amorim Torres

Augusto Manuel dos Reis Marinho

Ricardo Jorge Freitas Gomes Armada

Olinda Pereira de Oliveira Barbosa

Início da Reunião: Dez horas

Encerramento: Doze horas e trinta minutos

Secretariou a reunião: Dr^a Aida Maria Boalhosa Pereira

Ordem cronológica por que foram tratados os assuntos:

Prestou Colaboração Técnica:

OBS:

----- A ata foi aprovada em minuta. -----



PONTO Nº: 2 ANTES DA ORDEM DO DIA**I – INTERVENÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO VASSALO ABREU E DOS SENHORES VEREADORES**

O senhor Presidente da Câmara, Vassalo Abreu, procedeu à abertura da reunião começando por saudar todos os presentes. Deu conhecimento à excelentíssima câmara das diversas reuniões em que esteve presente nos últimos quinze dias, entre as quais com a Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa, que decorreu em Viana do Castelo; da Secção dos Municípios com Barragem, dando conta que o problema da derrama das barragens está resolvido; com a Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, em Lisboa, na qual estiveram presentes os cinco Presidentes dos municípios do Parque Nacional da Peneda-Gerês e, no âmbito da CIM Alto Minho, nas instalações da CCDR-N, no Porto, para a assinatura do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) do Alto Minho. Informou, ainda, que reuniu com o Presidente da AICEP, Miguel *Frasquilho*. Por último, deu conhecimento de que Ponte da Barca esteve representada no 17º Xantar-Salón Internacional de Gastronomia e Turismo de Ourense, durante o qual assinou um protocolo de colaboração transfronteiriça com a Fundación de Feiras e Exposições de Ourense, que tem como objetivo primordial a potenciação de uma rede estratégica de cooperação na promoção a vários níveis de ambos os territórios.

O senhor Vereador, Armindo Silva, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Questionou o senhor Presidente se é conhecida a posição da CIM relativamente ao que se está a passar no aeroporto Sá Carneiro. O senhor Presidente disse que a CIM ainda não tomou posição. Questionou o senhor Presidente se já reuniu com a senhora Ministra da Justiça. Se ainda não ocorreu essa reunião pelos motivos já conhecidos, é importante que se faça acompanhar de registos fotográficos para evidenciar o estado em que se encontra o pavimento na zona envolvente ao edifício do tribunal, em particular o da alçada poente, e a falta de letras a identificar o edifício, situação que em nada enaltece o Município. O senhor Presidente disse que ainda aguarda a marcação do dia e hora para reunir com a senhora Ministra da Justiça. Sublinhou ainda que, é importante que os advogados desta comarca expressem por escrito o seu descontentamento, bem como os graves inconvenientes dessa reforma para a população deste concelho que necessita de recorrer às instâncias judiciais. O senhor Vereador, Armindo Silva, questionou o senhor Presidente se existem danos no concelho em consequência das intempéries dos últimos dias. Disse que é necessário tomar uma posição em relação à EDP, por forma a que as descargas que são feitas por força das chuvas intensas sejam controladas e, assim, minimizar as consequências da subida do Rio Lima. O senhor Vereador, Armindo Silva, referiu que na freguesia de Boivães, lugar da Igreja existe uma casa muito degradada, sendo a sua proprietária uma senhora que é mãe solteira com um filho de 18 anos. Questionou o senhor Presidente se esta situação é do seu conhecimento, se sim, o que é que já foi feito para a resolver. Questionou novamente o senhor Presidente se o convite já foi enviada à sua Santidade, o Papa Francisco, para estar presente nas comemorações das aparições de Nossa Senhora. No seu entender é de dar visibilidade nacional e internacional às comemorações do centenário, sendo importante dar a conhecer, ainda este ano, o programa. Disse que estão abertas as candidaturas para o património natural e cultural. A câmara deve preparar as suas candidaturas para não se perder a oportunidade de obter financiamento para fazer intervenção nas referidas áreas. O senhor Presidente disse que esse trabalho já está em desenvolvimento e já existem definições do que vai ser objeto de candidatura, por exemplo, no âmbito do património natural irá ser apresentada a rota do românico. O senhor Vereador, Armindo Silva, solicitou ao senhor Presidente que a reunião de câmara do dia 29 de fevereiro fosse adiada, por não lhe ser possível estar presente. A solicitação foi aceite por todos, tendo sido designado o dia 7 de março para a próxima reunião deste órgão.

A senhora Vereadora, Olinda Barbosa, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Em relação à reforma judiciária, a senhora Vereadora disse que todos estão de acordo com a reposição das competências do tribunal judicial de Ponte da Barca, sendo de manter esta reivindicação para a defesa dos interesses da população deste concelho. Deixou uma palavra de apreço e de reconhecimento aos



trabalhadores da autarquia por não se terem registado ocorrências resultantes da falta de limpeza dos aquedutos.

O senhor Vereador, Augusto Marinho, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Disse que esta autarquia tem excelentes trabalhadores, sendo tal evidenciado num episódio que ocorreu na passada semana em que o senhor Carlos Viana prestou assistência a uma senhora. Questionou o senhor Presidente pela situação em que se encontra a construção da estrada intermunicipal de Nogueira a Grovelas e do loteamento do Rodo. Em relação à subida do Rio Lima, o senhor Vereador, Augusto Marinho, solidarizou-se com a posição do senhor Presidente em relação à decisão a tomar com a EDP. Disse que é importante a criação de uma comissão a constituir por elementos da proteção civil de Ponte da Barca e Viana do Castelo, com o objetivo de verificar os caudais do Rio. O senhor Vereador disse que já viu o projeto de orçamento para o ano de 2016 e nos mapas em anexo há um aumento para este Município, tendo questionado a que se refere.

O senhor Vereador, Ricardo Armada, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Respondeu ao senhor Vereador, Armindo Silva, referindo que a situação da habitação degradada em Boivães está em análise, existe dialogo com a proprietária, bem como a adoção de medidas para acautelar a integridade física.

A senhora Vereadora, Sílvia Torres, iniciou a sua intervenção, saudando os presentes. Deu conhecimento à excelentíssima câmara de que as atividades de Carnaval promovidas durante o fim de semana, nomeadamente a feira dos saldos, o Baile de Carnaval, o Concurso de Máscaras e o já afamado Entrudo do Pai Velho proporcionaram aos barquenses e visitantes um fim de semana repleto de atividades que dinamizaram também o comércio local.

O senhor Vereador, José Alberto Pontes, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Deu conhecimento à excelentíssima câmara de que está a ser feito o levantamento de todas as situações resultantes das intempéries ocorridas nos últimos dias e, se necessário, identificar as entidades responsáveis. -----

- APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016: - A Câmara Municipal, em cumprimento do disposto no número 2, do artigo 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no nº 4, do citado artigo, deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião, realizada no dia um de fevereiro do corrente mês, pelo que irá ser assinada pelo Presidente da Câmara e Secretário da respetiva reunião. -----

PONTO Nº: 3 - BALANCETES

3.1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do Balancete de Tesouraria relativo ao dia 12/02/2016, que apresentava o seguinte saldo:

Dotações Orçamentais.....87.719,29 €

Dotações Não Orçamentais.....377.520,19 €



PONTO Nº: 4 - PAGAMENTOS**4.1. - PAGAMENTOS RATIFICADOS**

----- Presente, para conhecimento, a relação das ordens de pagamento, numeradas intercaladamente de 347 a 514 inclusive, no valor de 98.986,51 €. -----

4.2. - DESPESA

----- Durante o período compreendido entre o dia 27/01/2016 e o dia 08/02/2016, inclusive, o Diário de Despesa teve a seguinte movimentação:

Cabimentado.....	315.585,31 €
Compromissado.....	324.625,83 €
Liquidado.....	127.912,21 €
Pago.....	158.798,17 €
Operações não Orçamentais.....	23.717,47 €

PONTO Nº: 6 - OBRAS PÚBLICAS**6.1. - APOLINÁRIO SILVA**

- Empreitada "Reforço Estrutural das Lajes do Bloco H do Centro Escolar de Ponte da Barca"
- Aprovação de Projeto -

- Presente ofício de Apolinário Silva, registado sob o nº 1349, em 05/02/2016, a apresentar o Projeto de Reforço Estrutural das Lajes do Bloco H, do Centro Escolar de Ponte da Barca. -----

- Sobre o assunto, pelo Gabinete de Prospetiva, Planeamento e Desenvolvimento Económico (GPPDE), foi emitida a informação que se transcreve: "No decurso das patologias verificadas no bloco H do Centro Escolar de Ponte da Barca, comprometeu-se o projetista de estabilidade a apresentar projeto de reforço estrutural com vista à resolução do problema identificado, em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de 28/09/2015 (saída GSE n.º 10088/2015). O projeto apresentado está em condições de merecer aprovação superior, cuja correta execução dos trabalhos se estima em 48.000,00 euros. Face ao teor da informação técnica que precede, submete-se à consideração superior a aprovação do projeto em referência. Resultando a necessidade de elaboração deste projeto de relatório técnico (efetuado no âmbito de anomalias decorrentes da empreitada do edifício do Centro Escolar), o qual foi objeto de deliberação da Câmara Municipal, submete-se igualmente à consideração superior o envio do projeto a reunião de Câmara." -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto da empreitada "Reforço Estrutural das Lajes do Bloco H do Centro Escolar de Ponte da Barca". Os senhores Vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa, ditaram para a ata a seguinte Declaração de Voto: "A Câmara Municipal deve adotar todas as medidas para imputar responsabilidades às entidades envolvidas, empresa construtora, gabinete de projetistas e entidade fiscalizadora. O senhor Vereador Independente Augusto Marinho ditou para a ata a seguinte Declaração de Voto: "Voto favoravelmente. Considero importante e urgente a atuação nesta situação. Evidencio o facto de sobre a Câmara Municipal não recair qualquer encargo atendendo às garantias que a obra tem e pela informação que foi prestada em sede de reunião de Câmara." -----



PONTO Nº: 09 – PESSOAL**9.1. - ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA 2016****- Proposta -**

- Pelo Excelentíssimo senhor Vice-Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: "De acordo com o previsto no artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugada com a al. a), do n.º 2, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, o mapa de pessoal deve conter a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades em cada ano, quer correspondam a necessidades permanentes ou transitórias, sendo aprovado, mantido ou alterado pela Assembleia Municipal.

A presente proposta resulta da situação identificada pela Divisão de Desenvolvimento Social, através da informação interna n.º 1096, de 10 de fevereiro de 2016, que se transcreve: "Na sequência da entrada em funcionamento do Centro Interpretativo Fernão de Magalhães, integrado na Rede Interpretativa do Património de Ponte da Barca, verifica-se a necessidade de assegurar o seu funcionamento e a qualidade do serviço prestado na receção aos visitantes e no estabelecimento da ligação para a visita do território. Ao alargamento dos serviços verificado ao nível da Divisão de Desenvolvimento Social deveria corresponder um reforço do pessoal afeto, situação que não se tem vindo a verificar por força das restrições impostas ao Município, nos últimos anos, ao nível do recrutamento de pessoal. Não obstante, considerando o interesse na manutenção deste serviço, dado o investimento realizado e a sua importância no cômputo da valorização do património do concelho de Ponte da Barca, torna-se necessário acautelar a existência de pessoal qualificado para garantir o funcionamento e qualidade do serviço. Considerando a necessidade de corresponder às expectativas dos visitantes, quer ao nível da interpretação do património, quer ao nível da comunicação (alguns dos visitantes são estrangeiros o que implica a capacidade de comunicação em outras línguas), e de articulação com outros serviços e entidades no âmbito do funcionamento da Rede Interpretativa, surge a necessidade de recrutamento de um técnico superior, com habilitações académicas que lhe permitam responder à tipologia de tarefas associadas ao serviço.

Face ao exposto, propõe-se a alteração do mapa de pessoal de 2016 tendo em vista a previsão de um posto de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (CTTI) da carreira e categoria de técnico superior, da área da Relações Internacionais, com a seguinte descrição:

Carreira/Categoria: Técnico Superior

Área de Formação: Licenciatura em Relações Internacionais

Perfil de Competências: Orientação para resultados; Análise da informação e sentido crítico; Adaptação e melhoria contínua; Responsabilidade e compromisso com o serviço; Relacionamento interpessoal; Comunicação; Representação e Colaboração Institucional; Planeamento e organização.

Atribuições/Competências/Atividades: Estudar, planear, programar, avaliar e aplicar métodos e processos de natureza técnica e/ou científica que fundamentam e preparam a decisão no âmbito da dinamização das infraestruturas ligadas ao património e turismo, nomeadamente, o Centro Interpretativo Fernão de Magalhães. Elaborar projetos, promover e dinamizar as atividades relacionadas com o serviço, em articulação com outros serviços e entidades, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representar o órgão ou serviço em assuntos de sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores."

A demonstração da cabimentação e dos fundos disponíveis referente à previsão do posto de trabalho de Técnico Superior, encontram-se em anexo.

Assim, proponho, que a Câmara Municipal de Ponte da Barca aprove a presente proposta de alteração ao mapa de pessoal para 2016, conforme mapa anexo e subsequentemente remessa à Assembleia Municipal de Ponte da Barca para os mesmos fins, nos termos da al. a), do n.º 2, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, conjugado com a al. o), do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 11 de fevereiro de 2016



Por impedimento do Sr. Presidente da Câmara, o Vice-Presidente da Câmara,
Eng. José Alberto Sequeiros de Castro Pontes"

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a presente proposta. Votaram contra os senhores Vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa e o senhor Vereador Independente, Augusto Marinho. Os senhores Vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa, ditaram para a ata a seguinte Declaração de Voto PSD: "Votamos contra por consideramos que é incompreensível, que tratando-se de uma área que, e de acordo com a fundamentação, pretende assegurar competências no âmbito da valorização do património quer ao nível do relacionamento e comunicação com os visitantes nacionais e estrangeiros, que não sejam valorizados, particularmente, as competências proporcionadas pelos licenciados em turismo. Parece-nos que estamos em presença de uma contradição ao propor-se exclusivamente uma licenciatura em relações internacionais. Por outro lado, consideramos que, ao estar a cingir-se o concurso à licenciatura em relações internacionais, está a violar os princípios da igualdade e da oportunidade particularmente aos que são licenciados em turismo e que em Ponte da Barca existiriam também candidatos. O senhor Vereador Independente, Augusto Marinho, ditou para a ata a Declaração de Voto que se transcreve: "Considerando as competências do Município e a escassez de recursos não se justifica a contratação de um técnico superior em relações internacionais. A política é um exercício de opções pelo que existem necessidades muito mais urgentes a satisfazer. Considerando a descrição das atribuições/competências/atividades o curso indicado não é o mais adequado. O curso mais adequado seria licenciatura em turismo, atividades turísticas, gestão turística ou áreas afins. Acresce referir que, os recursos humanos deveriam ser ajustados considerando existir já um técnico superior em relações internacionais.

O Presidente da Câmara ditou para a ata a Declaração de Voto que se transcreve, tendo esta sido subscrita pelos senhores Vereadores do PS: "A proposta de contratação de um técnico superior em relações internacionais decorre da necessidade identificada pela Divisão de Desenvolvimento Social na informação interna n.º 1096/2016 que se transcreve: "Na sequência da entrada em funcionamento do Centro Interpretativo Fernão de Magalhães, integrada na Rede Interpretativa do Património de Ponte da Barca, verifica-se a necessidade de assegurar o seu funcionamento e a qualidade do serviço prestado na receção aos visitantes e no estabelecimento da ligação para a visita do território. Ao alargamento dos serviços verificado ao nível da Divisão de Desenvolvimento Social deveria corresponder um reforço do pessoal afeto, situação que não se tem vindo a verificar por força das restrições impostas ao Município, nos últimos anos, ao nível do recrutamento de pessoal. Não obstante, considerando o interesse na manutenção deste serviço, dada o investimento realizado e a sua importância no cômputo da valorização do património do concelho de Ponte da Barca, torna-se necessário acautelar a existência de pessoal qualificado para garantir o funcionamento e qualidade do serviço. Considerando a necessidade de corresponder às expectativas dos visitantes, quer ao nível da interpretação do património, quer ao nível da comunicação (alguns dos visitantes são estrangeiros o que implica a capacidade de comunicação em outras línguas), e de articulação com outros serviços e entidades no âmbito do funcionamento da Rede Interpretativa, com surge a necessidade de recrutamento de um técnico superior, com habilitações académicas que lhe permitam responder à tipologia de tarefas associadas ao serviço. Face ao exposto, propõe-se a alteração do mapa de pessoal de 2016 tendo em vista a previsão de um posto de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (CTTI) da carreira e categoria de técnico superior, da área da Relações Internacionais, com a seguinte descrição:

Carreira/Categoria: Técnico Superior

Área de Formação: Licenciatura em Relações Internacionais - Ramo Cultural

Perfil de Competências: Orientação para resultados; Análise da informação e sentido crítico; Adaptação e melhoria contínua; Responsabilidade e compromisso com o serviço; Relacionamento interpessoal; Comunicação; Trabalho de Equipa e Cooperação; Representação e Colaboração Institucional; Planeamento e organização.

Atribuições/Competências/Atividades: Estudar, planear, programar, avaliar e aplicar métodos e processos de natureza técnica e/ou científica que fundamentam e preparam a decisão no âmbito da dinamização das infraestruturas ligadas ao património e turismo, nomeadamente, o Centro Interpretativo Fernão de Magalhães. Elaborar projetos, promover e dinamizar as atividades relacionadas com o serviço, em



articulação com outros serviços e entidades, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representar o órgão ou serviço em assuntos de sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores." -----

PONTO Nº: 12 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS

12.1. - ADERE PENEDA GERÊS - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS - Pagamento de Quota -

- Presente ofício da Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês, registado sob o nº 942, em 26/01/2016, a solicitar o pagamento da quota correspondente ao ano de 2016, no valor de 5.000,00 €. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, mandar pagar. -----

12.2. - CIM – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MINHO-LIMA - Pagamento de Quota -

- Presente ofício da CIM - Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, registado sob o nº 1061, em 28/01/2016, a remeter fatura nº 24/2016, relativa a "Quota 2016 - Mensalidade Janeiro 2016", no valor de 3.485,00 €. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, mandar pagar. -----

12.3. - CIM – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MINHO-LIMA - Participação despesas Canil Intermunicipal -

- Presente ofício da CIM - Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, registado sob o nº 1222, em 03/02/2016, a remeter fatura nº 35/2016, relativa a "Participação despesas Canil Intermunicipal - 4º trimestre 2015", no valor de 710,81 €. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, mandar pagar. -----

12.4. - CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO LONGO PRAZO ATÉ 1.500.000 EUROS - Relatório -

- No seguimento da informação interna nº 5345/2015, da Unidade de Finanças e Gestão Patrimonial, registada sob o nº 10642, em 30/12/2015, e da deliberação do Órgão Executivo tomada em sua reunião de 04/01/2016, foi presente informação da Comissão de Análise de Propostas, referente à apreciação das propostas, que a seguir se transcreve: "Na sequência dos ofícios com as referências n.ºs 422/2016; n.º 424/2016, n.º 425/2016, n.º 423/2016, n.º 426/2016 e n.º 421/2016 foram solicitadas propostas para o financiamento em epígrafe, indexado à Euribor 6 meses, às seguintes instituições de crédito: Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Alto Minho; Banco BPI; Banco Millennium BCP, Novo Banco; Banco Santander Totta e Caixa Geral de Depósitos.

Não apresentaram propostas o Novo Banco, o Banco Millennium BCP e o Banco Português de Investimentos (BPI). As taxas de juro e condições do empréstimo apresentadas pelas diversas instituições são as seguintes:



<i>Instituição Bancária</i>	<i>Prazo Global</i>	<i>Período de Utilização</i>	<i>Taxa de Juro</i>	<i>Spread</i>	<i>Periodicidade das Prestações</i>	<i>Comissões</i>
CGD	20 anos	Até 2 anos	Euribor 6 meses	1.43%	Semestral e postecipada	Nada indica
Santander Totta	20 anos	24 meses	Euribor 12 meses	1.39%	Semestral e postecipada	Isento de comissões e outros encargos
CCAM	20 anos	24 meses	Euribor 6 meses	1,39%	Semestral	Isento de comissões e outros encargos

Foram admitidas as propostas apresentadas pela CGD e pela CCAM, tendo sido a excluída a proposta do Banco Santander Totta, por ter apresentado um indexante diferente do solicitado no ofício convite.

Contudo, atendendo às condições apresentadas pelas diferentes instituições; atendendo à evolução negativa da taxa Euribor a 6 meses, e ao facto de algumas Instituições Bancárias estabelecerem um "floor" de 0% de limite mínimo à variação do indexante, solicitaram-se os seguintes esclarecimentos via email à CGD e CCAM:

"Ponto 1. Evolução negativa da taxa Euribor a 6 meses

Atendendo a que neste momento a taxa Euribor a 6 meses se situa em percentuais negativos, e atendendo ao conteúdo da Circular n.º 26/2015/DSC de 30/03/2015 do Banco de Portugal, e ao facto de algumas Instituições de Crédito estabelecerem um "floor" de 0% de limite mínimo à variação da citada taxa, questiona-se qual o procedimento que está atualmente a ser adotado pela V. Instituição, em termos de taxa de juro a constar das cláusulas do contrato que eventualmente se venha a celebrar;

Ponto 2. Serviço da Dívida

Para melhor esclarecimento da proposta apresentada e no sentido de colmatar algumas dúvidas, solicita-se o envio do serviço da dívida relativo à proposta apresentada por V. Exas."

Pela Caixa Geral de Depósitos foi informado o seguinte:

"Ponto 1. Evolução negativa da taxa Euribor a 6 meses

A CGD não estabelece um "floor" de 0% de limite mínimo à variação da taxa "Euribor a 6 meses".

As condições apresentadas pela Caixa Geral de Depósitos SA, em 28/01/2016, para a operação de Financiamento a Médio/Longo Prazo, refletem os valores negativos registados pela "Euribor a 6 meses" (base 360 dias) média mensal na Taxa de Juro indicada no Ponto 6.

Em complemento ao referido a taxa "Euribor a 6 meses" (base 360 dias) média mensal de jan/2016 foi fixada em -0,061%, pelo que se a operação for contratada em fev/2016 o valor final da Taxa de Juro indicada no Ponto 6 pela CGD será: 1,369% (-0,061% + 1,430%).

Ponto 2. Serviço da Dívida

Em anexo envia-se o serviço da dívida relativo à proposta da CGD (pressupõe-se a utilização total do financiamento desde o início)."

Pela Caixa de Crédito Agrícola Mutuo foi informado o seguinte:

"Relativamente ao Ponto 1, informo que a Caixa Agrícola Noroeste, CRL assume o valor negativo da Euribor a 6 meses, (1,39% - 0,61%), apresentando neste caso uma taxa Nominal de 1,329% não constando no documento de contratação, cláusula indicando que "floor" de 0% de limite mínimo à variação da citada taxa.

Quanto ao Ponto 2, segue Plano Financeiro em anexo."

Em face dos esclarecimentos apresentados, e analisando os planos financeiros de cada uma das propostas, julga-se mais vantajosa a proposta apresentada pela CCAM uma vez que apresenta o spread mais baixo (1,39% vs 1,43% da CGD) resultando no final do prazo um encargo previsional com juros no valor de 234.840,11 euros.

Mais se propõe que o presente relatório seja submetido à próxima reunião de Câmara para posteriormente ser submetido à Assembleia Municipal para aprovação e adjudicação nos termos do artigo 25º, alínea f), do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro."

É o que nos cumpre informar e propor.

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 5 de Fevereiro de 2016

A Comissão,

Dra. Marta Alexandra da Rocha Pereira Gonçalves

Dr. Carlos Venceslau Oliveira Gomes

Dra. Cláudia Gabriela Marques Carneiro Torres"

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o Relatório elaborado pela Comissão de Análise de Propostas. -----

12.5. - REDUÇÃO DOS PREÇOS RELATIVOS À EXECUÇÃO DE RAMAIS DE LIGAÇÃO DE ÁGUA E DE LIGAÇÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE LIGAÇÃO À REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E À REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS

- Proposta -

- Pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: "Considerando que nos últimos anos este Município adotou medidas que permitissem aos seus Municípios a utilização da rede de abastecimento de água e saneamento, por forma a melhorar a qualidade de vida e a salvaguarda da saúde pública;

Considerando os constrangimentos económicos e financeiros que se repercutem nos orçamentos da maioria das famílias e na tesouraria da maioria das empresas,

Considerando que só a redução do valor dos preços de ligação de água e dos encargos decorrentes da execução do ramal de ligação de água à rede pública, bem como do preço de ligação de saneamento e dos encargos decorrentes da execução do ramal de ligação de águas residuais ao coletor público, permitirá que a população deste concelho possa utilizar essas infraestruturas;

Considerando que o regulamento em vigor impõe a obrigatoriedade de ligação aos sistemas públicos, prevendo, no mesmo, consequências para o seu incumprimento.

Proponho à Excelentíssima Câmara:

1- A redução em 45% do preços de ligação de água e dos encargos decorrentes da execução do ramal de ligação de água à rede pública, bem como do preço de ligação de saneamento e dos encargos decorrentes da execução do ramal de ligação de águas residuais ao coletor público.

2 - Que esta deliberação tenha efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2016.

Ponte da Barca, 11 de fevereiro de 2016

O Presidente da Câmara,

António Vassalo Abreu"

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

12.6. - ADESÃO À GLOBAL NETWORK MAGELLAN CITIES/REDE MUNDIAL DE CIDADES MAGALHÂNICAS

- Presente informação interna nº 82, da Divisão de Desenvolvimento Social, registada sob o nº 169, em 08/01/2016, que se transcreve: "Perante o convite de adesão do Município de Ponte da Barca à Global Network Magellan Cities ou Rede Mundial das Cidades Magalhânicas, que deverá ser discutida em Reunião de Câmara e em Assembleia Municipal, solicita-se ao Gabinete Jurídico a análise da proposta abaixo transcrita.

Os respetivos estatutos da Rede Mundial de Cidades Magalhânicas encontram-se em anexo.



ADESÃO DO MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA À REDE MUNDIAL DE CIDADES MAGALHANICAS

Considerando que:

1) A Rede Mundial das Cidades Magalhânicas ou Global Network Magellan Cities, sediada no Paseo de las Delicias, Pabellón de Colombia s/n CP:41013, Sevilla - Espanha, é uma entidade de natureza associativa sem fins lucrativos, de âmbito internacional, que integra cidades mundiais que partilham, ao nível da sua História, a viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães. Entre elas, contam-se Lisboa e Sabrosa (Portugal), Sevilha e Granadilla de Abona (Espanha); Ushuaia, Puerto de San Julián e Puerto de Santa Cruz (Argentina), Punta Arenas e Porvenir (Chile) e Cebú (Filipinas);

2) A Rede Mundial das Cidades Magalhânicas tem como objetivo principal a promoção, difusão e a realização de uma série de ações conjuntas que celebrem os 500 anos da Primeira Volta ao Mundo, realizada pelo português Fernão de Magalhães, no período compreendido entre 2019 e 2022;

3) A Rede Mundial das Cidades Magalhânicas tem como objetivos gerais:

- Fomentar o conhecimento e o intercâmbio cultural, sócio-económico, científico, tecnológico, turístico e espiritual entre os diferentes povos e comunidades que integram a Rede de Cidades Magalhânicas.
- Organizar eventos e congressos ao nível das artes e das disciplinas do conhecimento que ajudem a divulgar e a valorizar a efeméride da primeira circum-navegação do mundo.
- Promover a cooperação, a amizade e o bom entendimento entre os seus membros.
- Estender as propostas da Rede de Cidades Magalhânicas às cidades que não sejam membros desta associação.
- Estabelecer estratégias de futuro e vínculos de todo o tipo entre elas.
- Colaborar com os diversos organismos internacionais em relação aos grandes objetivos da Humanidade: a paz, a sustentabilidade ambiental, a erradicação da fome, das doenças endémicas e da pobreza.
- Obter o apoio da UNESCO para que a Rede seja reconhecida como Património Imaterial da Humanidade.
- Participar ativa e solidariamente com outras redes de âmbito nacional e internacional com interesses comuns.

4) Os estudos científicos apontam para a naturalidade de Fernão de Magalhães em Ponte da Barca;

5) O Município de Ponte da Barca pretende aderir à Rede Mundial das Cidades Magalhânicas por entender que assume um papel basilar na História dos Descobrimentos Portugueses e da História do Globo e por proporcionar ao seu território uma experiência de contactos e dinâmicas ao nível mundial;

6) É do interesse público local a integração do Município de Ponte da Barca numa rede de elevada projeção internacional, que Ponte da Barca no mapa global e que poderá repercutir-se numa mais-valia económica para o concelho, enquanto potenciador do turismo, de eventos de investigação à escala internacional e da atração de investimento, essenciais para o desenvolvimento de um território eminentemente rural.

7) Outras cidades portuguesas foram recentemente integradas na Rede Mundial, em finais de 2015, como foi o caso da cidade de Lisboa (aprovada em Assembleia Municipal no dia 17/11/2015).

8) Tendo em conta que o n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribui aos Municípios a promoção e a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações ao nível do património, cultura e ciência; da promoção do desenvolvimento e da cooperação externa;

9) A cota de cidade-membro nunca ultrapassará o montante de € 12.000 (doze mil euros) anuais, a partir do ano de 2016;

10) Compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a adesão a entidades de natureza associativa; Assim, tendo presente o disposto na alínea p) do n.º 2 do artigo 23.º e na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal de Ponte da Barca delibere submeter à Assembleia Municipal a adesão do Município à associação Rede Mundial de Cidades Magalhânicas.”

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação dos Serviços, devendo ser submetida à Assembleia Municipal a adesão do Município à associação Rede Mundial de Cidades Magalhânicas. -----



12.7. - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA LOJA SOCIAL DE PONTE DA BARCA

- Presente informação interna nº 623, da Divisão de Desenvolvimento Social, registrada sob o nº 1124, em 11/02/2016, que se transcreve: "Nos temos do previsto no art.º 26 do Regulamento da Loja Social de Ponte da Barca, o Serviço de Saúde, Ação Social e Juventude da Câmara Municipal "...elabora anualmente um Relatório de Atividades da Loja Social do qual dá conhecimento, durante o primeiro trimestre de cada ano, à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal e ao Conselho Local de Ação Social."

Assim, submete-se à apreciação superior o Relatório em anexo devendo, em caso de concordância, ser dado conhecimento do mesmo à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal." -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento, devendo o assunto ser remetido ao Órgão Deliberativo para conhecimento. -----

12.8. - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

----- Por último, a Câmara Municipal usando a faculdade que lhe confere o nº 3, do artº 57º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, sendo assinada pelo Presidente da Câmara e Secretária da presente reunião. -

PONTO Nº: 14 - ENCERRAMENTO

- E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, pelas doze horas e trinta minutos, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata. -----

